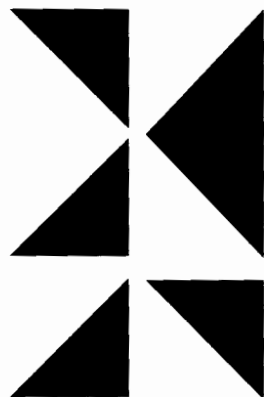


André Fontes; Viviane Pleyzy; Greyce Danielle Alves Barbosa; Victor Hugo Pacheco Lemos; Rita Fabiana de Lacerda Jota Cedano; Ivan Camilo Cedano Serrano; Elaine Cristina O. F. Archanjo; Renilda Aparecida da Costa; Raquel Faria Scalco; Bernardo Machado Gontijo; Sandra A. Kitakawa Lima; Claudia J. Schmitt; Diogo Marçal Cirqueira; Ediléia Carvalho; Harley Fernandes de Almeida; Tatiana Emilia Dios Gomes; Matheus Braz dos Santos; Alan Gomes da Silva Poubel; Maria Clareth Gonçalves Reis; Cristina Maria Arêda-Oshai; Ione Carmo; Flávia Pinto Ribeiro; Lara Luisa Silva Gomes; Luciane Dias Gonçalves; Benjamin Xavier de Paula; Sidimara Cristina de Souza; Uilson Viana de Souza; Vanilda Honória dos Santos; Amanda Lacerda Jorge; Fabiana Lopes Cavalcante; Emanuela Oliveira Carvalho Dourado; Mirta Dourado; Julio Cesar do Nascimento; Marlisan dos Anjos Carvalho; Cleonice Moreira da Silva; Rocio Castra Kustner; Inora Mariela da Silva Cavolconte; Hilton P. Silva

QUÍLOMBOLAS

Aspectos políticos, jurídicos e políticas públicas inclusivas consequentes à edição do Decreto nº 4887-2003 e do julgamento da ADI nº 3239



Rio de Janeiro
TRF 2ª Região

2019

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

.....
Presidente Desembargador Federal **André Fontes**

Vice-Presidente Desembargador Federal **Guilherme Couto de Castro**

Corregedora Regional Desembargadora Federal **Nizete Lobato Carmo**

**Comissão de pareceristas designada pela Comissão criada pela
Portaria nº TRF2-PTP-2018/00589**

.....
Coordenadora:

Joyce Alves Rocha

Professora e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - NEABI – IFRJ / Campus Paracambi

Pareceristas:

Isabella Trindade Menezes

Professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ / Campus Paulo de Frontin

Maria Raimunda Penha Soares (Rai Soares)

Professora associada do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal Fluminense – UFF/ Campus Rio das Ostras

Jorge Luís Rodrigues dos Santos

Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Anna Canavarro Benite

Professora associada e coordenadora do LPEQI, no Instituto de Química, da universidade federal de Goiás - UFG

Rute Ramos da Silva Costa

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Campus Macaé/RJ

Shirley Aparecida de Miranda

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, no Departamento de Administração Escolar

Daniela Paiva Yabeta de Moraes

Professora da Universidade Federal de Rondônia - UFRO

1147710

Q6 Quilombolas: aspectos políticos, jurídicos e políticas públicas inclusivas consequentes à edição do Decreto nº 4887-2003 e do julgamento da ADI nº 3239 / André Fontes ... [et al.] ; Tribunal Regional Federal da 2ª Região. – Rio de Janeiro : TRF 2ª Região, 2019. 488 p. : il. ; 16x23 cm.

Esta obra é um desdobramento do Evento de mesmo nome, ocorrido em novembro de 2018 no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
ISBN 978-85-62108-07-5

1. Quilombola. 2. Políticas públicas. 3. Aspectos políticos. 4. Aspectos jurídicos. I. Fontes, André. II. Brasil. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. III. Título.

CDD 341.12192

CDU 347.235

Projeto Gráfico e diagramação: Natália Rio Apa Ferrarez
Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual - COPGRA/ACOI/TRF2
Impressão e Acabamento: Gráfica da Justiça Federal da 2ª Região



SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 03 |
| SUMÁRIO | 06 |
| 1 DIREITO DAS POPULAÇÕES REMANESCENTES DOS QUILOMBOS: BREVE ANÁLISE ACERCA O CRITÉRIO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO E DA TITULARIDADE COLETIVA DA PROPRIEDADE. | 09 |
| 2 QUILOMBOS ONTEM E HOJE: A LUTA DO POVO NEGRO E INDÍGENA PELA DEMARCAÇÃO DE TERRAS E A ADI 3.239 | 37 |
| 3 A PROTEÇÃO JURÍDICA DA COSMOVISÃO QUILOMBOLA A PARTIR DO PENSAMENTO DECOLONIAL E INTERCULTURAL <i>LA PROTECCIÓN JURÍDICA DE LA COSMOVISIÓN QUILOMBOLA DESDE EL PENSAMIENTO DECOLONIAL Y INTERCULTURAL</i> | 53 |
| 4 MOVIMENTO QUILOMBOLA DE ORIXIMINÁ/ PARÁ: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS | 77 |
| 5 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: DESAFIOS, SOBREPOSIÇÃO DE INTERESSES E CONCILIAÇÃO DE DIREITOS EM MINAS GERAIS | 99 |
| 6 DE SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS A PROBLEMAS PÚBLICOS: REIVINDICAÇÕES POR UMA “EDUCAÇÃO DIFERENCIADA” DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BARROSO NO MUNICÍPIO DE CAMAMU – BAHIA | 133 |
| 7 TERRITÓRIO E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA NO QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA, PARATY-RJ | 163 |
| 8 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAÍÁ E PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS: TERRITÓRIOS E DIREITOS | 189 |



| | |
|--|------------|
| 9 ENTRE A “CONCEPÇÃO HISTÓRICA” E AS PESQUISAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE QUILOMBOS NO BRASIL: OS DEBATES ENTRE OS(AS) MINISTROS(AS) DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 3.239/2004 | 207 |
| 10 PROCESSO DE TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS: O CASO DO QUILOMBO MACHADINHA/QUISSAMÃ-RJ | 231 |
| 11 IDAS E VINDAS NOS CAMINHOS DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: DIREITO À SAÚDE PARA COLETIVOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA | 253 |
| 12 30 ANOS DO ARTIGO 68 ADCT: A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO DE JANEIRO | 281 |
| 13 QUILOMBOS BRASILEIROS UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE RESISTÊNCIA – JUDICIALIZAÇÃO DOS SEUS DIREITOS | 307 |
| 14 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CONHECIMENTO EMANCIPATÓRIO: ESTUDO COM COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO DOMINGOS, EM PARACATU (MG) | 319 |
| 15 A POLÍTICA DE TITULAÇÃO DE TERRAS: UMA LUTA POR TERRITORIALIDADE | 333 |
| 16 IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE QUILOMBOLA NA CONTRA MÃO DO MARCO TEMPORAL NO JULGAMENTO DA ADI 3239 | 353 |
| 17 O DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO NA DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – MINAS GERAIS | 367 |



| | |
|--|------------|
| 18 O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OS QUILOMBOS E A ADI Nº 3239/2004 | 393 |
| 19 SABERES-FAZERES PEDAGÓGICOS EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CAMPO | 413 |
| 20 QUILOMBOLAS E A CATEGORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL PARA IGUALDADE <i>QUILOMBOLAS AND THE CONSTITUTIONAL CATEGORIZATION FOR EQUALITY</i> | 435 |
| 21 POR UMA EPISTEMOLOGIA QUILOMBOLA: A TRAJETÓRIA DO QUILOMBO DO TERERÉ PELO VIÉS DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE | 447 |
| 22 POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM QUILOMBOS NA AMAZÔNIA PARAENSE <i>PUBLIC POLICIES AND ACCESS TO HEALTH SERVICES IN QUILOMBOS OF THE AMAZON IN PARÁ STATE</i> | 473 |